A educação superior brasileira como bem público[1]

Simon Schwartzman

Outubro de 2019

Introdução: bens públicos e educação. 1

O diferencial de renda 3

Ocupação e emprego público 6

Os custos da expansão. 10

Equidade 13

Conclusões 15

Referências.....17

Introdução: bens públicos e educação.

A ideia de que a educação é um bem público, e por isto deve ser financiada com recursos públicos, é bastante difundida e oficialmente reconhecida no Brasil, tal como dito no artigo 205 da Constituição, segundo o qual a educação, como "direito de todos e dever do Estado e da familia, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O texto constitucional consagra três das quatro principais funções que se espera que a educação desempenhe, a humanística, de formação da pessoa; a social, de formação para a cidadania; e a econômica, de capacitação de recursos humanos. A dimensão que falta é a da equidade, que, mesmo sem estar mencionada, tem sido objeto central das políticas educativas no Brasil nos últimos anos[2]. São estas funções públicas que justificariam os investimentos públicos no setor, assim como sua gratuidade.

[1] Trabalho apresentado ao Fórum Permanente: Educação como Bem Público, Universidade de Campinas, 12/09/2019.

[2] Estas quatro funções centrais da educação são analisadas no capítulo sobre educação do International Panel for Social Progress (International Panel on Social Progress 2018). A versão brasileira do capítulo sobre educação está disponível em (Spiel e Schwartzman 2018).

A expressão “bem público” tal como usada pelos economistas, se refere a coisas que todos podem usar livremente, sem que o uso de um limite o uso pelos demais, e das quais ninguém pode se apropriar privadamente, como o ar que se respira ou uma rua em que se transita, e que por isto mesmo dependem de recursos públicos para que exista, quando não ocorrem naturalmente. Mas é possível ter bens privados que beneficiem não somente seus donos como também a sociedade como mais ampla, como um shopping center, que é privado, mas dá a muitos uma oportunidade de lazer; neste caso falamos de externalidades.

A educação de uma pessoa, claramente, é um bem privado, no sentido de que requer trabalho, tempo e dinheiro para ser adquirida e traz benefícios pessoais e financeiros para seus detentores; mas tem também externalidades importantes, que podem beneficiar não somente as pessoas mais educadas, como a sociedade mais ampla. Assim, os investimentos públicos na área de educação devem ser balizados por dois critérios: em que medida são necessários, porque os investimentos privados não estão produzindo as externalidades públicas desejáveis, e em que medida estão bem direcionados, para que não se constituam em simples subvenção a interesses privados sem ou com poucas externalidades públicas tangíveis.

Em termos agregados, existem muitos trabalhos que buscam verificar se, nos países ou regiões que mais investem em educação, as pessoas são mais felizes, existe mais democracia, a economia se desenvolve e as desigualdades sociais diminuem (por exemplo Becker 1964; Hanushek et al. 2015; Hanushek 2016; Schultz 1970). Em termos individuais, existe toda uma literatura que trata de medir as “taxas de retorno” dos investimentos em educação através da “equação de Mincer”, comparando os custos da educação com os rendimentos (que seriam o retorno privado) e os impostos gerados destes rendimentos (que seriam o retorno público) (Heckman, Lochner e Todd 2006; Montenegro e Patrinos 2014). No passado, estas estimativas foram propostas para identificar os setores que deveriam ser priorizados para os investimentos públicos em educação, mas uma dificuldade é que os rendimentos privados de curto prazo não correspondem necessariamente a produtividade, e consequentemente, a benefícios sociais.

No Brasil, como em outras partes do mundo, existe uma forte correlação entre educação, medida por anos de escolaridade, e renda, que se acentua fortemente para as pessoas que têm educação superior; mas, em termos agregados, o que se observa nas últimas décadas é que, embora os investimentos públicos e privados em educação tenham aumentado enormemente, a produtividade da economia se manteve estagnada, os padrões de sociabilidade e a qualidade o regime democrático não parecem ter evoluído, os níveis de desigualdade social se mantiveram muito altos, e a própria qualidade da educação, medida por avaliações internacionais como o exame PISA da OECD, não dá sinais significativos de melhora (Sassaki et al. 2018). Claro que outros fatores, não relacionados com a educação, podem explicar o que tem acontecido com a economia, o sistema social e o sistema político, mas de qualquer maneira fica a dúvida de se os recursos investidos em educação, hoje estimados em mais de 6% do PIB, estão produzindo os benefícios sociais que seriam desejáveis. A educação é necessária para o desenvolvimento em seus diferentes aspectos, mas não suficiente.

Neste texto, sem pretender dar uma resposta ou explicação mais geral para esta discrepância, examino com algum detalhe a renda e a ocupação das pessoas com educação superior no Brasil, fazendo uso dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, do Censo da Educação Superior e outras fontes.

O diferencial de renda

Os dados mostram que, enquanto nos países europeus, por exemplo, a renda média das pessoas com educação superior é cerca de 50% maior que a renda dos que só têm educação média, no Brasil ela é de mais de 200%, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1 - - Valores médios mensais em reais. Fonte: PNADc anual 2018, elaboração própria

A questão é se estes rendimentos relativamente tão elevados representam efetivamente um benefício social que justifique os fortes investimentos públicos e privados no setor. Ainda que não se possa, com estas informações, avaliar a produtividade da educação superior, elas permitem entender melhor o que vem ocorrendo com a educação superior no mercado de trabalho, e chegar a algumas conclusões significativas.

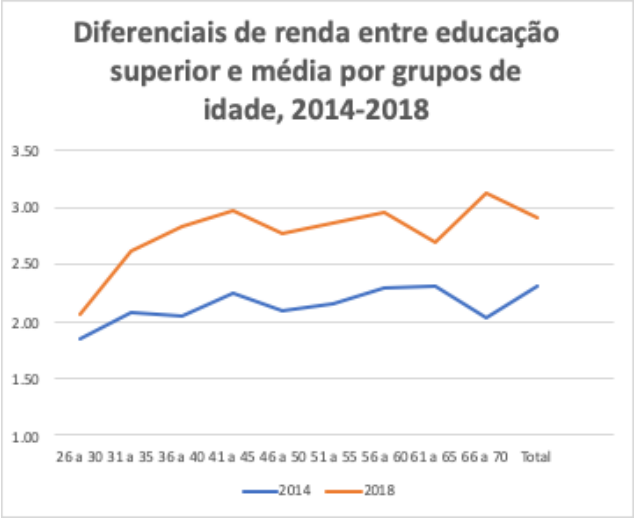
Uma possível explicação para estas diferenças tão grandes de rendimentos seria que o número de pessoas com educação superior no Brasil é relativamente pequeno, e, como são mais escassas, estas pessoas conseguem salários maiores em um mercado de trabalho que compete por suas competências. Se fosse assim, seria de se esperar que o diferencial de renda entre os mais e menos educados viesse diminuindo na medida em que o tempo passa e o número de pessoas com educação superior aumenta. Entre 2014 e 2018, o número de pessoas com educação média completa com rendimentos no Brasil aumentou em 20%, enquanto os com educação superior aumentaram em 37%. A comparação dos dados de 2014 e 2018 mostram que a renda média, quando corrigida pela inflação, caiu tanto para as pessoas de nível superior quando para as de nível médio, provavelmente por causa da recessão econômica, mas, apesar de um aumento

proporcionalmente maior de pessoas com educação superior, o diferencial de renda aumentou significativamente, ao invés de cair (Quadro 2).

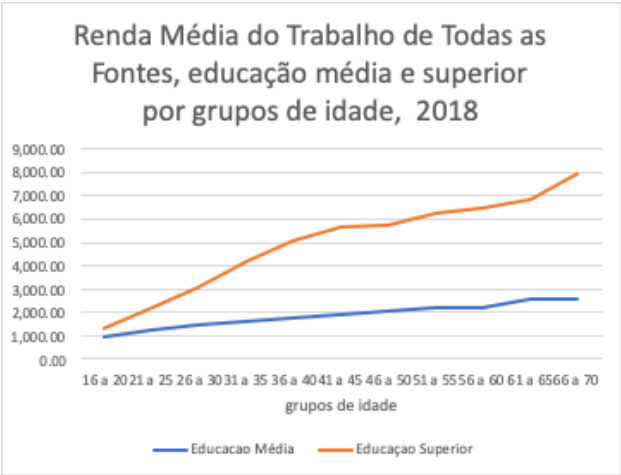
Renda media de todos os trabalhos, por educação				
	2014 (*)		2018	
	Renda	Número de Pessoas	Renda	Número de Pessoas
pessoas com educação média	1,882.42	24,426,791	1,697.98	29,392,925
Pessoas com educação superior	5,433.77	12,897,409	4,957.04	17,643,282
Diferencial	2.89		2.92	
(*) remdimento mensal habitual, corrigido pelo IGP-M-FGV de junho/2014 a junho 2018				
Fonte: PNADc anual 2004 e 2008, elaboração própria				

Quadro 2 -- Fonte: PNADC anual 2014 e 2018 – elaboração própria

Nos Estados Unidos, aonde este aumento do diferencial de renda tem sido também observado recentemente, a explicação é que, com as novas tecnologias, o mercado está valorizando mais as pessoas com altas competências cognitivas, enquanto os menos educados perdem valor. No Brasil, onde o setor de alta tecnologia não se desenvolveu na mesma proporção, o que pode estar ocorrendo é um efeito da depressão econômica, que atinge sobretudo as pessoas com menos educação. O diferencial de renda é menor para os mais jovens, o que pode significar uma mudança que está começando a ocorrer (Quadro 3) mas, mais provavelmente, reflete o fato de que, com a idade, a renda das pessoas com educação superior tende a aumentar, enquanto a renda das pessoas com educação média se mantém estagnada (Quadro 4).



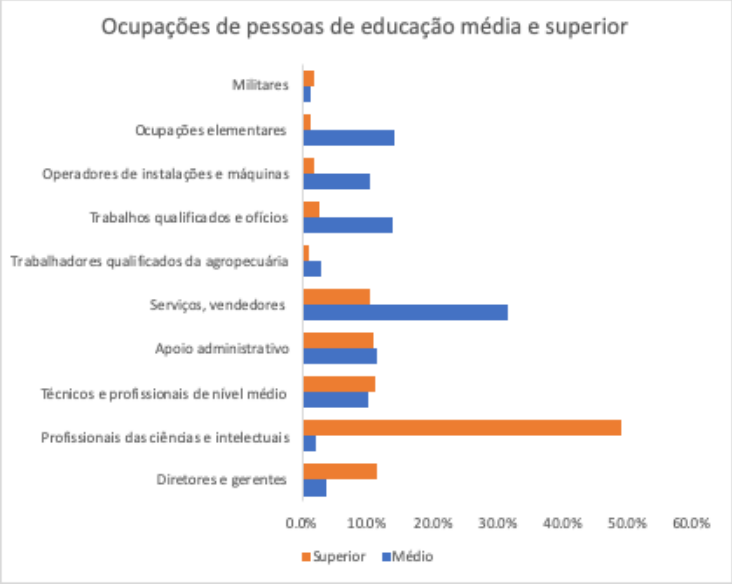
Quadro 3 - - Fonte: PNADc anual, 2014 e 2018, elaboração própria.



Quadro 4 - Fonte PNADc 2018, elaboração própria

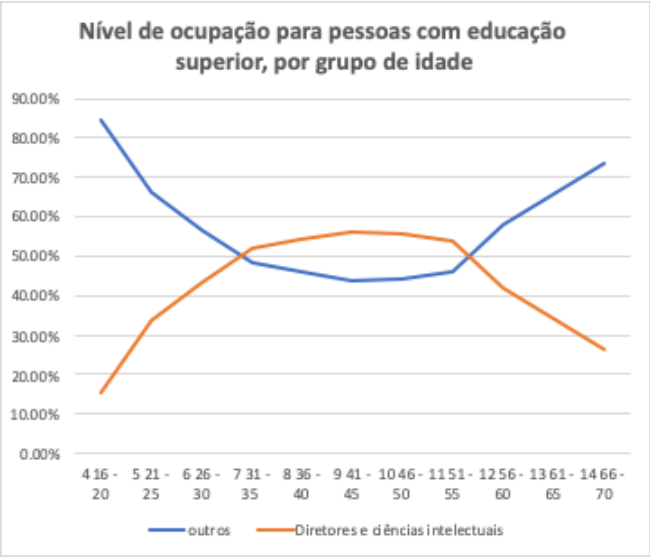
Ocupação e emprego público

Supostamente, os maiores rendimentos obtidos pelas pessoas com educação superior se explicariam pela maior complexidade e produtividade de seu trabalho. Os dados de ocupação levantados na PNAD mostram, no entanto, que somente cerca de 60% das pessoas com educação superior trabalham em atividades claramente identificáveis como de nível superior (profissionais da ciência, intelectuais e diretores e gerentes), enquanto as demais trabalham em atividades típicas de nível médio ou inferior. Esta classificação de ocupações utilizada pelo IBGE é muito agregada, e pode estar ocultando diferenças importantes de qualificação requeridas dentro de cada categoria. Mas, mesmo assim, parecem confirmar a impressão que se tem no dia a dia, de que muitas pessoas com educação superior não somente não trabalham nas áreas em que se formaram (o que não chega a ser um problema, porque muitos cursos superiores na prática desenvolvem competências genéricas que podem ser utilizadas em atividades diversas), como também trabalham em atividades que requerem níveis inferiores de qualificação (Quadro 5).



Quadro 5 – Fonte: PNADc 2018, elaboração própria

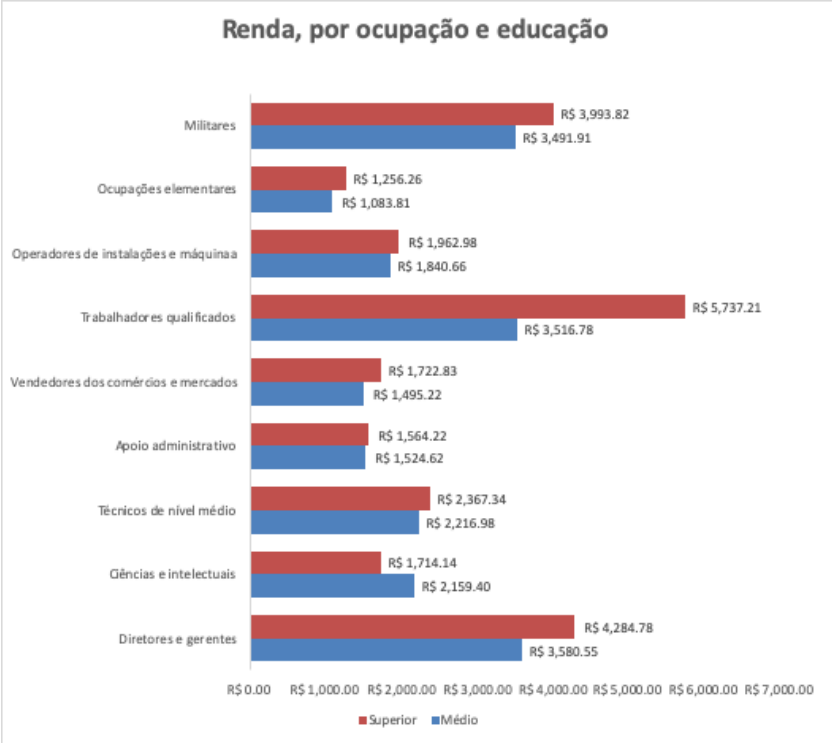
Entre 2014 e 2018, a percentagem de pessoas de nível superior ocupando cargos de direção ou de tipo científico ou intelectual, baixou de 65 para 60%. Os dados de 2018 por idade mostram que o acesso a estas ocupações atingem o auge entre os 35 e os 55 anos de idade, o que parece ser um efeito do amadurecimento profissional, mas pode estar também refletindo a maior dificuldade dos mais jovens para ocupar posições que requerem qualificações mais altas (Quadro 6).



Quadro 6 -. Fonte: PNADc 2018, elaboração própria

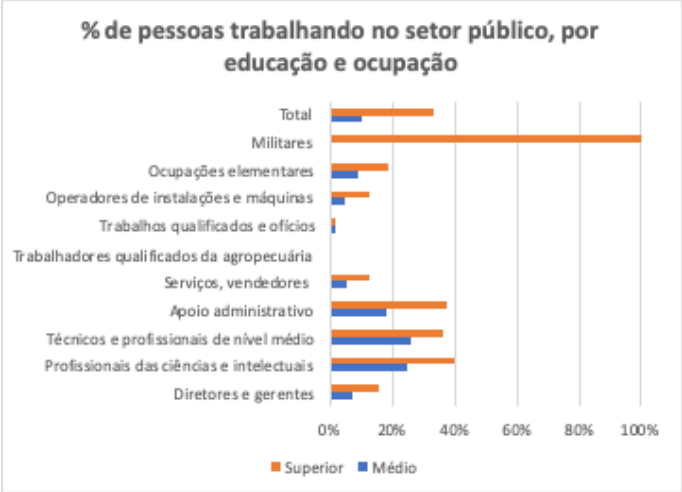
Em princípio, atividades semelhantes deveriam ter rendas semelhantes, independentemente da educação formal das pessoas. Não é, no entanto, o que ocorre.

Em todos os grupos de atividade, as pessoas com educação superior ganham significativamente mais do que as pessoas com educação média. Uma possível explicação para isto seria que, na verdade, o agrupamento das atividades utilizado aqui esconderia diferenças importantes, que requerem uma análise muito mais desagregada das diferentes ocupações para serem percebidas. Uma outra possibilidade, que parece mais plausível, é que as diferenças de rendimento se devam ao valor que o mercado de trabalho atribui às credenciais educativas, independentemente da natureza da atividade.



Quadro 7 - Fonte: PNADc 2018, elaboração própria

Uma explicação adicional parece ter a ver com a alta proporção de pessoas com educação superior empregadas pelo setor público, em contraste com as de educação média, que se dá em todas as atividades. No total, 33% das pessoas de nível superior ocupam cargos públicos, comparado com 10% das pessoas com nível médio (Quadro 8) Como os vencimentos do setor público são geralmente fixados por regras administrativas, isto permite que os valores pagos sejam estabelecidos conforme as credenciais educacionais nos funcionários, e não pelos valores praticados no mercado privado.



Quadro 8 - Fonte: PNADc 2018, elaboração própria

Um estudo recente do Banco Mundial indica que o prêmio ou diferencial salarial do setor público das esferas federais e estaduais, em relação ao setor privado, chegam a 96% e 36% respectivamente, para os mesmos setores de atividade econômica (Banco Mundial 2919, p 10). A análise dos dados da PNAD de 2018, comparando as rendas médias de pessoas de educação média e superior nas diversas ocupações, permite qualificar mais esta conclusão (

Quadro 9). Na média, o emprego público para pessoas de nível superior rende mais do que o das pessoas no setor privado, mas não é uma diferença muito grande. Observando as diferentes ocupações, notamos que, para pessoas de nível superior em atividades empresariais, intelectuais e científicas, os rendimentos no setor privado são na média superiores aos do setor público, mas, em atividades de nível médio ou inferior, os empregos públicos pagam bem melhor. Isto pode estar funcionando como um estímulo para que as pessoas busquem títulos universitários mesmo que não tenham condições de ocupar atividades mais qualificadas. Também para as pessoas de nível médio, em geral, os rendimentos dos empregos públicos são quase sempre melhores, exceto para os que se dedicam a atividades profissionais ou técnicas.

Renda média do trabalho principal, por ocupação, nível educacional e empregp público ou privado				
	Nível Médio		nivel superior	
	Público	Privado	Público	Privado
Diretores e gerentes	3,850.38	3,640.31	6,986.91	8,503.66
Profissionais das ciências e intelectuais	1,695.41	2,223.55	5,159.19	5,448.91
Técnicos e profissionais de nível médio	2,257.24	2,315.46	6,101.41	3,905.14
Apoio administrativo	2,137.43	1,507.87	3,629.82	2,227.92
Serviços, vendedores	1,934.74	1,500.48	3,439.44	2,720.25
Trabalhadores qualificados da agropecuária	1,309.82	1,691.52		4,970.26
Trabalhos qualificados e ofícios	2,159.72	1,732.67	2,663.70	2,672.41
Operadores de instalações e máquinas	2,127.00	1,909.46	3,708.07	2,681.19
Ocupações elementares	1,317.11	1,099.66	2,450.69	2,151.60
Militares	3,693.17		7,246.70	
Total	2,238.88	1,688.00	5,196.83	4,837.28
Total de pessoas	3,019,990	26,367,379	5,845,595	11,794,780
Fonte: PNADc Annual 2018 (elaboração própria)				

Quadro 9

Os custos da expansão.

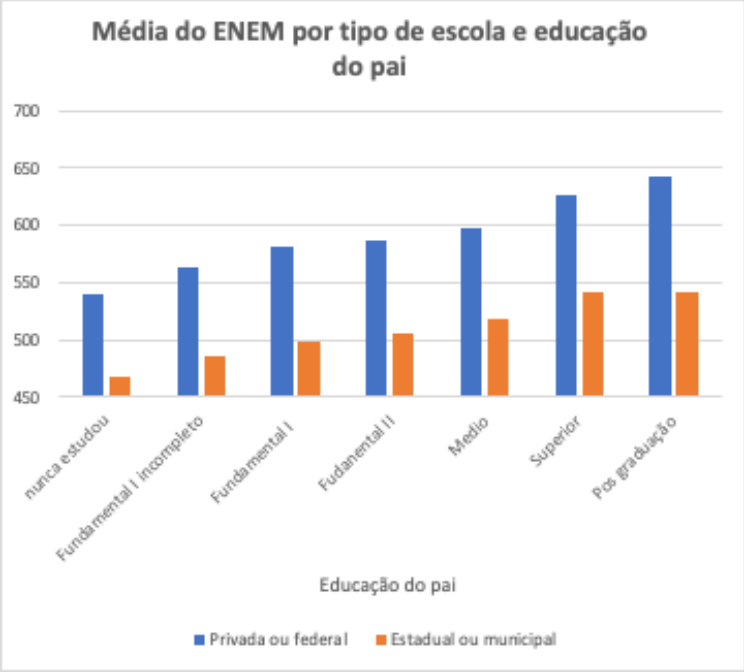
Os grandes benefícios privados proporcionados pela educação superior no Brasil, mesmo para aqueles que não conseguem um trabalho correspondente a seu nível de qualificação, faz com que exista uma grande demanda por títulos universitários, que tem sido financiada tanto por investimentos privados, sobretudo no pagamento de matrículas no setor privado, quanto por investimentos, bolsas de estudo e isenções fiscais no setor público. Respondendo a esta demanda, a taxa média de crescimento anual da matrícula foi de 3,8% entre 2009 e 2018, um total de 56,4% no período (INEP 2019). A taxa de matrícula bruta, que compara o total de matriculados com a população da idade de referência, que é dos 18 aos 22 anos de idade, é de 50%, não muito distante das taxas de países como Portugal ou França, da ordem de 60%, e que já não crescem mais.[3]

Para financiar parte desta expansão, os gastos do governo federal com educação superior e profissional pública passaram 31.8 para 75.4 bilhões de reais entre 2008 e 2017 (Secretaria do Tesouro Nacional 2018). No setor privado, segundo estimativa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no

[3] A taxa publicada pelo INEP é de 37,4%, mas tomando como referência a população de 18 a 24 anos, sete anos em total, quando o correto seria de 18 a 22, dado que a grande maioria dos cursos superiores no Brasil duram de 4 a 5 anos.

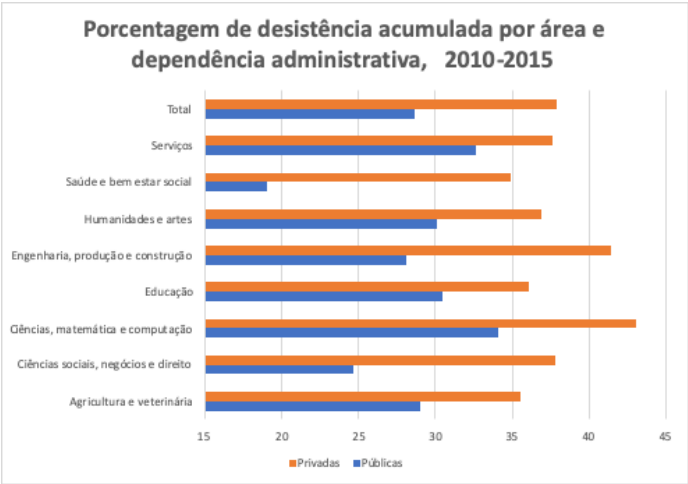
Estado de São Paulo - Semesp - (Capelato 2019), o custo médio da mensalidade por aluno é de aproximadamente mil reais, o que significa um total de 72 bilhões de reais arrecadados anualmente, para cerca de 6.5 milhões de estudantes. Grande parte destes custos têm sido cobertos pelo governo federal através Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), cujo montante, em 2017, chegou a 30 bilhões de reais, sendo que a estimativa da taxa de inadimplência é de 50% (Ministério da Fazenda 2017, p. 9); e também pelas bolsas do Prouni, financiadas por renúncias fiscais anuais da ordem de 1.3 bilhões de reais (Lima 2017, tabela 4).

Apesar de todos estes investimentos, o acesso ao ensino superior brasileiro continua bem abaixo da demanda, como se pode ver pelo imenso funil que é o Exame Nacional do Ensino Médio – o ENEM. Em 2018, 5 milhões de pessoas se candidataram a cerca de 230 mil vagas em universidades públicas, em uma prova cujos resultados são quase totalmente previsíveis em função, de um lado, do nível educacional da família dos estudantes, e do outro, do tipo de escolas que cursaram – federais ou privadas vs. estaduais ou municipais. Infelizmente, não há informação sobre o tipo de escola de origem para a maioria dos participantes do ENEM, mas, para os quais existe a informação, os resultados são marcantes: para ter mais de 600 pontos, que é o mínimo requerido pela grande maioria dos cursos, é preciso ter cursado uma escola particular ou federal, e ter pais com educação superior (Quadro 10). No total, só 20% dos alunos que completam o ENEM conseguem 600 pontos ou mais. Para a grande maioria, resta a opção de entrar em cursos em escolas privadas não seletivas, quando podem pagar, ou conseguir uma bolsa do Reuni ou um financiamento do FIES, cada vez mais escasso.



Quadro 10 -- Fonte: Microdados do ENEM 2018, elaboração própria

Para os que conseguem entrar na universidade, seja pública ou privada, o próximo obstáculo é concluir o curso. Depois de 5 anos, 35% dos estudantes desistem do curso antes de terminar, sendo 28,6% no setor público (federais e estaduais) e 37,9% no setor privado (incluindo as municipais) (Quadro 11). O último obstáculo, finalmente, é conseguir um trabalho condizente com a expectativa que existia quando começaram a maratona em busca de um título universitário, como já visto.



Quadro 11 - Fonte: INEP, microdados dos Indicadores de Trajetória da Educação Superior 2010-2015 (elaboração própria)

Equidade

Em 2012 foi aprovada a Lei de Cotas (Lei 12.711), que estabelece que 50% das vagas no ensino superior federal deveriam ser destinadas a estudantes provenientes de escolas públicas, com critérios adicionais de renda, raça e pessoas com deficiência física. Além disto, muitas universidades estaduais também introduziram regras próprias de ação afirmativa. As cotas nas universidades federais deveriam ser integralizadas em quatro anos, mas, em 2018, estavam ainda em 31.6% do total das matrículas e 36.4% dos ingressantes nas universidades federais, e bem menos nas estaduais (Quadro 12) aonde as políticas de ação afirmativa parecem ter perdido o ímpeto.

Proporção de matrículas de cotistas, universidades públicas			
		Federais	Estaduais
ingressantes	2014	24.9%	15.8%
	2018	36.4%	13.6%
concluintes	2018	19.2%	11.2%
Fonte: Censo da Educação Superior, 2014 e 2018			

Quadro 12

Seria de se esperar que os alunos cotistas, vindo de escolas públicas e famílias mais pobres, teriam maiores dificuldades em seus estudos, o que deveria se refletir em menores taxas de conclusão, mas os dados de matrícula mostram que estudantes cotistas e não cotistas evoluem de forma semelhante ao longo dos cursos. Existem duas explicações possíveis para isto. A primeira é que alunos provenientes de escolas militares e federais, que são seletivas e recrutam em estratos sociais mais altos, também se beneficiam das cotas, deslocando os que provêm de escolas estaduais, que atendem à população com menos recursos. A segunda é que os níveis de desempenho requeridos pelas universidades para admitir alunos cotistas e não cotistas no sistema seletivo administrado pelo Ministério da Educação, o SISU, são bastante semelhantes, como indicado nos exemplos abaixo (Quadro 13). Combinados, estes dois fatores sugerem que os alunos que entram com bons resultados pelo sistema de cotas na verdade não precisariam deste benefício, já que chegam ao ensino superior em condições equivalentes às dos demais.

Notas de corte do SISU 2018			
	Ampla Concorrência	Cota escola púbica	cota racial, renda e escola pública
Medicina	797.3	772.3	743.3
Direito	740.2	708.2	676.1
Psicologia	732.7	698.4	662.3
Pedgogia	612.5	598.3	574.0
Fonte: Site Quero Bolsa. https://querobolsa.com.br, acessado em 7/10/2019			

Quadro 13

Com a ampliação do acesso ao ensino superior nos últimos 20 anos, a composição social dos alunos mudou. No passado, só alunos dos estratos sociais mais altos conseguiam acesso, sendo que os em melhores condições entravam nas universidades públicas, gratuitas e geralmente de melhor qualidade, e os mais pobres se resignavam a entrar nas privadas, em cursos pagos e de pior qualidade. Hoje, a composição social dos alunos é muito diversa, ainda que bem mais concentrada nos grupos de renda mais alta do que a da população como um todo. O setor privado tem mais alunos de renda mais alta, em instituições de elite, e o setor público mais alunos de renda mais baixa, que tiveram acesso facilitado em carreiras menos competitivas (Quadro 14).

Faixas de renda domiciar per capita, População e estudantes de nível superior			
' .	População	Rede privada	Rede pública
Até ¼ salário mínimo	12.7%	2.9%	5.0%
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	17.1%	6.0%	10.8%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	27.8%	21.6%	24.8%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	25.2%	35.6%	31.4%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	8.0%	15.7%	12.3%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	5.3%	11.3%	9.7%
Mais de 5 salários mínimos	4.2%	6.9%	6.1%
Fonte: PNAD Continua 2016, elaboração própria			

Quadro 14

A presença de um maior número de pessoas com menor renda no ensino superior tem sido utilizada como argumento em favor de manter a gratuidade nas universidades públicas e ampliá-la para o setor privado, mas, dados os grandes benefícios privados proporcionados pela educação superior, parece mais equitativo cobrar dos que podem pagar e financiar os que ainda não podem. O sistema de crédito educativo associado a renda futura, em vigor na Austrália e outros países, já em estudos também no Brasil,

permite que ninguém deixe de estudar por falta de recursos e, ao mesmo tempo, garante que as pessoas que se beneficiem paguem pelos custos no futuro (Chapman 2016; Dearden e Nascimento 2018). Além da redução de custos, um sistema de cobrança torna as pessoas mais comprometidas com seus investimentos em educação, fazendo com que eles sejam mais bem direcionados para onde possam ser mais efetivos.

Conclusões

Não há dúvida que a educação superior brasileira vem desempenhando uma função social importante ao longo dos anos, formando professores, engenheiros, médicos, advogados, administradores e tantos outros profissionais qualificados, e abrindo espaço em suas instituições para a pós-graduação e a pesquisa. Não há dúvida tampouco que a educação superior de massas veio para ficar, e não é possível pensar em reverter aos tempos em que o acesso à educação superior era restrito a um número extremamente pequeno de pessoas.

Dito isto, é importante indagar se este enorme investimento financeiro e emocional no acesso e manutenção do sistema de educação superior brasileiro, tal como tem ocorrido, tem se dado de forma mais adequada, e quais seriam as políticas necessárias para que ele traga melhores resultados para as pessoas e para o país.

Como foi visto, os diferenciais de renda em favor do ensino superior no Brasil são extremamente altos, independentemente do setor ocupacional, o que explica a grande demanda por educação superior. Não está claro quanto destes benefícios adicionais se devem à escassez de pessoas altamente qualificadas, a sua produtividade, ou ao fato de que uma grande proporção delas trabalhe no setor público, que não funciona de acordo com as regras do mercado de trabalho. Um fator importante mas pouco estudado no Brasil é o grau de regulação ou segmentação do mercado de trabalho profissional, que estabelece padrões de remuneração determinados por critérios sociais, culturais e político-institucionais, como a regulação legal das profissões (Andrade 2018; Carnoy 1978; Eichhorst e Marx 2015; Kalleberg 2018; Thelen 2007; Thelen 2012).

Cerca de 40% das pessoas com educação superior acaba trabalhando em atividades de nível médio ou inferior, o que indica um desperdício significativo de recursos, tanto para as pessoas, que estudaram mais do que precisariam, quanto para a sociedade, na medida em que subsidia estes estudos com recursos orçamentários e isenções fiscais. O ensino médio, orientado para o exame classificatório do ENEM, faz com que milhões de pessoas se frustrem todos anos na busca de um lugar em uma universidade, e fiquem sem uma qualificação profissional valorizada no mercado de trabalho. E, finalmente, as taxas de abandono no ensino superior são extremamente altas, especialmente nas instituições privadas e nas áreas de ciências, matemática e engenharia, indicando uma grande ineficiência no uso dos recursos.

Estes fatos, em si mesmo preocupantes, se tornam ainda mais graves no contexto de estagnação econômica e crise fiscal em que o Brasil se encontra. Nos próximos anos, a educação superior não deverá continuar se expandindo, e já observamos, no setor privado, uma forte tendência à redução de custos pela expansão do ensino à distância, de efeitos ainda desconhecidos. No setor público, observamos a redução dos investimentos e do custeio e ao congelamento das contratações e dos salários dos professores, fazendo com que as universidades se sintam obrigadas a fazer o mesmo com cada vez menos recursos.

Não existem maneiras fáceis de resolver esta situação, mas os dados sugerem alguns encaminhamentos que se impõem, que, embora não possam ser elaborados aqui, podem ser pelo menos enumerados. O primeiro é diversificar o ensino superior, tanto no setor privado quanto público, oferecendo alternativas de formação profissional distintas dos diplomas tradicionais de bacharelado e licenciatura, mais ajustados aos diferentes perfis educacionais da população e às demandas do mercado de trabalho. O setor privado já começa a sentir esta necessidade, como se vê pelo aumento de matrículas em cursos tecnológicos de curta duração, mas o setor público ainda resiste. Segundo, sair da camisa de força do ENEM, e criar um sistema também diferenciado de acesso ao ensino superior para diferentes carreiras e modalidades, respondendo inclusive à diferenciação já prevista em lei no ensino médio. Terceiro, alterar o atual sistema de avaliação da educação superior, dando informações para os possíveis candidatos e empregadores sobre as taxas de sucesso, empregabilidade e qualidade dos

diferentes cursos, sobre os quais só existe hoje os rankings precários feitos pelo Ministério da Educação. Com isto, se espera que as pessoas entrem no ensino superior mais informadas, façam escolhas mais realistas a respeito do que podem alcançar, e as taxas de desistência diminuam. E quarto, direcionar melhor os recursos públicos investidos em educação, tanto no setor público e privado.

Finalmente, é necessário reduzir, tanto quanto possível, as reservas de mercado e outros benefícios associados aos portadores de diploma, fazendo com que o foco da educação superior seja, cada vez mais, as competências que desenvolve, e não os certificados que emite.

Referências

Andrade, Ian Prates Cordeiro. 2018. "O sistema de profissões no brasil: Formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação soci." in *Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*: Universidade de São Paulo.

Banco Mundial. 2919. "Gestão de pessoas e folha de pagamento no setor público brasileiro." Brasilia: Banco Mundial.

Becker, Gary Stanley. 1964. *Human capital*. New York: Columbia University Press.

Capelato, Ricardo. 2019. "Estudo para estimar a arrecadação anual na hipótese de cobrança de mensalidades nas ies públicas." São Paulo: SEMESP.

Carnoy, Martin. 1978. *Segmented labor markets a review of the theoretical and empirical literature and its implications for educational planning*. Paris: UNESCO, International Institute for Educational Planning.

Chapman, Bruce. 2016. "Conceptual issues and international experience with student loans." in *PET 16-Rio*.

Dearden, Lorraine, e Paulo Meyer Nascimento. 2018. "Modelling alternative student loan schemes for brazil." *Economics of Education Review*.

Eichhorst, Werner, e Paul Marx (Eds.). 2015. *Non-standard employment in post-industrial labour markets: An occupational perspective*: Edward Elgar Publishing.

Hanushek, Eric A, Guido Schwerdt, Simon Wiederhold, e Ludger Woessmann. 2015. "Returns to skills around the world: Evidence from piaac." *European Economic Review* 73:103-30.

Hanushek, Eric A. 2016. "Will more higher education improve economic growth?" *Oxford Review of Economic Policy* 32(4):538-52.

Heckman, James J., Lance J. Lochner, e Petra E. Todd. 2006. "Earnings functions, rates of return and treatment effects: The mincer equation and beyond." Pp. 307-458

em *Handbook of the economics of education*, edittado por Eric A. Hanushek, e Finis Welch.

INEP. 2019. "Censo da educação superior 2018 - divulgação dos resultados." Brasilia: Ministério da Educação.

International Panel on Social Progress. 2018. *Rethinking society for the 21st century: Report of the international panel on social progress*: Cambridge University Press.

Kalleberg, Arne L. 2018. "Changing contexts of careers: Trends in labor market structures and some implications for labor force outcomes." Pp. 343-58 em *Generating social stratification - a new research agenda*, edittado por Alan C Kerckhoff: Routledge,.

Lima, Adilson Nunes de. 2017. "Renúncias fiscais da união." in *Estudo Técnico*. Brasilia: Câmara de Deputados.

Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2017. *Diagnóstico fies*. Brasilia: Ministério da Fazenda.

Montenegro, Claudio E., e Harry A. Patrinos. 2014. "Comparable estimates of returns to schooling around the world." in *World Bank Policy Research Working Paper*. Washginton: World Bank.

Sassaki, Alex Hayato, Giovanni Di Pietra, Naercio Menezes Filho, e Bruno Komatsu. 2018. "Por que o brasil vai mal no pisa? Uma análise dos determinantes do desempenho no exame." in *Policy Papers*. São Paulo: Insper Centro de Políticas Públicas.

Schultz, Theodore William. 1970. *Investment in human capital; the role of education and of research*. New York,: Free Press.

Secretaria do Tesouro Nacional. 2018. "Aspectos fiscais da educação no brasil." Brasilia: Ministério da Fazenda.

Spiel, Christiane, e Simon Schwartzman. 2018. "A contribuição da educação para o progresso social." *Ciência & Trópico* 42(1):22-88.

Thelen, Kathleen. 2007. *How institutions evolve: The political economy of skills in germany, britain, the united states, and japan*. Cambridge: Cambridge University Press.

—. 2012. "Varieties of capitalism: Trajectories of liberalization and the new politics of solidarity." *Annual Review of Political Science* 14.